

# MEMORIAL ÀS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS DE 2017

NARRATIVA DE UM PROCESSO

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA  
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Covilhã - Portugal



## TÍTULO

Memorial às vítimas dos incêndios de 2017.

Narrativa de um processo.:

## EDIÇÃO

Rita Ochoa

Filipe Lacerda Neto

## CONCEPÇÃO GRÁFICA

Filipe Lacerda Neto

## AUTORES DOS TEXTOS

Afonso Nuno Martins

Filipe Lacerda Neto

Marisa Marques

Patrícia Santos Pedrosa

Rita Ochoa

## AUTORES DOS PROJETOS

António Rafael Agostinho Diogo

Carlota Maria Santos Freitas

Luís Gonçalo Pereira Pinto Lopes

Joel Taborda Filipe

Martinho António Kutaya

Rute Cruz Mendes

## DATA

Outubro 2018

## ISBN

978-989-20-8708-5

## IV. Para que materializas tu a perda?

Patrícia Santos Pedrosa

Comentando o romance *El Pianista*, de Manuel Vázquez Montalban, que atravessa diversos dos momentos dramáticos da Espanha do século XX, José Colmeiro refere, sobre a relevância da transmissão oral, a “importancia de la memoria como forma de supervivencia cultural” (1985, p. 254, nota 261), à qual eu acrescentaria também a da sobrevivência social e afectiva. Se a garantia de que a preservação das memórias é um modo recorrente de resistência contra forças e momentos violentos de perda, como nestes duros episódios do contexto espanhol, também se pode pensar que é fundamental construir algo – material ou não – a partir delas. O próprio texto de Vázquez Montalban é, entre outras coisas, disso um exemplo. O motivo do movimento, mas também o próprio movimento que vai da salvaguarda à construção, são simultaneamente simples e complexos: garantir que se possa sobreviver, primeiro, para que se consiga viver, depois.

Baseada em reflexões de Paul Ricouer que já referi noutro contexto, para que as sociedades ou os indivíduos sobrevivam à perda é fundamental a possibilidade do esquecimento. Em sentido oposto, perde-se a capacidade de seguir existindo caso não se faça o luto acontecer. Também encontramos neste autor a referência ao relato – “com a sua função mediadora e seletiva” – enquanto processo de acesso à memória através do que são as suas marcas (Pedrosa, 2005). O esquecimento não é obliteração absoluta. É antes a possibilidade de, das marcas, construir um relato que eu chamaria de habitável, uma dita memória habitável. O trabalho do luto, transformação da presença em relato, é em parte concretizadora e, em parte, capacidade de se fazer acontecer a acção sobre o imobilismo da dor, sobre o infinitamente estático que é a dor da perda. Imóvel, congelado diz-se de quem se sente em dor extrema. Talvez o façamos por imaginarmos morta em vida dessa “víscera secreta e delatora”, como refere Zambrano (1993, p.1) do coração. Lugar do calor e do fogo, lugar onde os romantismos fixaram condição de músculo vital. Pegando no que Zambrano considera essa imensa víscera, transforma-se esse lugar, sem essa condição de consumidor/productor de todas as forças vitais, num resto, num pedaço de “escura cavidade” (p. 23) arrefecida. A condição de esta víscera não poder andar sozinha, nem de se conseguir desligar, é a sua condição básica de permanecer viva, mas se também, como refere a autora, aquele “espaço que tem é o espaço que dá sem o ter” (p. 24), generosidade máxima que poderemos imaginar num músculo. Contra o calor que emana desta metáfora a que se dedica Zambrano, cova quente e misteriosa do nós e do outro, dos outros em nós, fica um nada inumanamente pesado, quando da violenta perda de trata.

Colmeiro, José. (1985). [Notas]. In Manuel Vázquez Montalban, *El Pianista*. Madrid: Cátedra.

Pedrosa, Patrícia Santos. (2005 Set.). “Território e esquecimento: a Cidade Universitária de Lisboa e a memória”. In *Arquitextos*, ano 6, nº 063.04, acessado em 20 de Agosto de 2018. URL: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/434>>.

Zambrano, María. (1993). *A Metáfora do Coração e Outros Escritos*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Se considerarmos, como também refere Ricoeur (2003, p. 458), que a “temporalidad constituye la precondition existencial de la referencia de la memoria y de la historia del pasado”, o exercício projectual deve – por condição ontológica e dever de cidadania – complementar e oferecer o tempo futuro, através da acção do e no presente, trabalhado a partir deste violentador passado. Retirando esta reflexão da abstracção subjectiva, é fundamental que este trabalho seja efectuado com as pessoas, pelas pessoas e através das pessoas. Ou melhor, com as suas múltiplas dores, através das suas múltiplas dores. Ninguém sabe nomear melhor essa impossibilidade de nomeação da dor do aquele que a sofre.

O relato, no caso da transmissão oral por exemplo, aproxima-se da prática do projecto arquitectónico no sentido de configurar uma leitura possível que sobrevive ao tempo do sofrimento. Um dos grandes desafios que memória oral e arquitectural dividem é a capacidade de se constituírem para além de condição de memória única. Nenhuma tragédia encontra coincidência absoluta num único relato, nenhuma dor é sequer semelhante em cada corpo, em cada coração, em cada experiência. Mas, a acrescer à dificuldade de se construir a partir das experiências da perda, a arquitectura só justifica a sua existência se, para além da multitude de vozes, se cumprir como devir. Não existe uma proposta que se constitua luto se não for pensada e construída, se não se permitir ser sítio de reinvenção das múltiplas vivências que a habitam e inventam, que passado o tempo continuem através do seguinte habitar, do seguinte inventar. Qualquer estratégia que procure fixar simbolismos e linguagens supostamente universais coloca-se no registo superficial e simplista do processo complexo onde, antes de mais, devia participar, ser parte e respeitar. A violência, para quem projecta, vem da fundamental necessidade de se fazer silêncio. De dar todos os espaços possíveis aos sons impossíveis das dores que a outros pertencem. Este processo de dissolução do ego que projecta não é fácil e quase nunca é ensinado a quem é ou se constitui como aprendiz de arquitecto/a.

Respondendo ingenuamente à questão que lanço como título, nós, arquitectos/as, materializamos dores e perdas na esperança arrogante de que, quem habite os espaços destas memórias construídas, se pacifique, se reconfigure no meio do que perdeu. Herança e seguramente resto das aspirações ancestrais e nem sempre benignas do arquitecto/Deus, mas, ainda assim, das menos sobranceiras. Não chegarei tão longe a ponto de lhe chamar generosa. Mais importante seria, talvez, construir espaços qualificados de possibilidades futuras, de encontros futuros. Permissões espaciais para que, impossível de nos ser devolvido o que nos tiraram, se potenciem os dias de outras possibilidades e intensidades. De novas redes relacionais, de novos corpos e afectos em contexto num território qualificado, generoso e qualificador. Menos que isso é retórica partidária ou ego autoral autoalimentado.